

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 502/25, de 28/03/2025

Cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos FEHIDRO, referentes aos exercícios de 2022, 2023 e 2024 e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari, criado e instalado segundo a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), denominados Comitês PCJ, no uso de suas atribuições legais, em sua 33ª Reunião Ordinária, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, nº 408/22, nº 446/23, nº 454/23 e nº 487/24, as quais tratam de indicação de empreendimentos para recebimentos de recursos FEHIDRO, referentes à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) e cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista), referentes aos exercícios de 2022, 2023 e 2024;

Considerando que o empreendimento “Elaboração de estudo da disponibilidade hídrica do município de Valinhos com o objetivo de regularização de vazões para atendimento de demandas futuras para abastecimento público”, cujo tomador é a DAEV S.A., indicado em 2024, não teve seu contrato FEHIDRO emitido pelo Agente Financeiro (Desenvolve-SP) dentro do prazo estipulado pelo MPO, o qual corresponde ao último dia útil do ano (31/12/2024) e que, por este motivo sofreu cancelamento pela SECOFEHIDRO;

Considerando que os empreendimentos “Revisão do Plano Diretor para o Combate às Perdas no Sistema de Abastecimento Público de Água do Município de Rio Claro”, cujo tomador é o DAAE Rio Claro; “Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Hortolândia”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Hortolândia; “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural de Jaguariúna” e “Elaboração de projeto executivo para a ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgoto para o município de Jaguariúna-SP”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Jaguariúna, tiveram seus contratos assinados junto ao FEHIDRO e finalizaram seus processos licitatórios, enviando-os ao Agente Técnico para avaliação e para os quais foram emitidos Pareceres Técnicos de Reprovação, nos quais o AT informou que foram verificadas inconsistências no processo licitatório que levaram à reprovação do empreendimento; ;

Considerando que, conforme os termos do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO para investimentos (MPO-FEHIDRO), compete ao Agente Técnico (AT) do FEHIDRO a análise da documentação do processo licitatório visando a liberação da primeira parcela;

Considerando que, para tais empreendimentos, os tomadores apresentaram recurso quanto à manifestação do AT, o qual não foi aceito, implicando na emissão de Parecer Técnico com recomendação de cancelamento à SECOFEHIDRO, a qual efetivou o cancelamento dos contratos;

Considerando que os demais empreendimentos listados nos anexos desta deliberação tiveram seus contratos assinados junto ao FEHIDRO e passaram para a etapa de licitação da empresa executora, visando a liberação da primeira parcela do empreendimento e que, no entanto, em razão do não atendimento às exigências do Agente Técnico referentes ao processo licitatório ou, ainda, da não realização do processo licitatório, não conseguiram atender ao prazo para liberação da primeira parcela do empreendimento, estipulado pela Deliberação COFEHIDRO “Ad Referendum” nº 266/2024, correspondente ao dia 31/12/2024, tendo sido, por este motivo, cancelados pela SECOFEHIDRO;

Considerando que, para todos os empreendimentos, foram recebidos comunicados da SECOFEHIDRO, via Sinfehidro, que formalizaram os respectivos cancelamentos;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 96ª Reunião Ordinária, realizada em 07/03/2025, por videoconferência;

Deliberam:

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Art. 1º Fica cancelada a indicação, para recebimento de recursos da CFURH, do empreendimento da Prefeitura Municipal de Jaguariúna descrito no Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º Ficam canceladas as indicações, para recebimento de recursos da Cobrança PCJ Paulista, daqueles empreendimentos descritos no Anexo II desta Deliberação.

Art.3º O saldo dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista, correspondente aos empreendimentos do Anexo II desta Deliberação, será acrescido ao montante disponível para investimentos, para distribuição pelos Comitês PCJ, em futuras indicações.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial.

(assinado digitalmente)
**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES DE
OLIVEIRA**
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)
ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



ANEXO I – Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 502/25, de 28/03/2025

CANCELAMENTO DE INDICAÇÃO DOS COMITÊS PCJ COM RECURSOS DA CFURH

Tomador	Empreendimento	Valor Cobrança Paulista (R\$)	CP Oferecida (R\$)	Valor Total Previsto (R\$)	% CP	PDC/Sub-PDC	Modalidade	Deliberação de indicação dos Comitês PCJ
Prefeitura Municipal de Jaguariúna	Elaboração de projeto executivo de Estação de Tratamento de Esgoto da sub-bacia do Rio Jaguari para o município de Jaguariúna-SP	392.258,35	69.222,05	461.480,40	15,00	3/3.1	Não Reembolsável	446/2023
Total de Cancelamentos (R\$) - CFURH		392.258,35	69.222,05	461.480,40				

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



ANEXO II – Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 502/25, de 28/03/2025

CANCELAMENTO DE INDICAÇÕES DOS COMITÊS PCJ COM RECURSOS DA COBRANÇA PCJ PAULISTA

Tomador	Empreendimento	Valor Cobrança Paulista (R\$)	CP Oferecida (R\$)	Valor Total Previsto (R\$)	% CP	PDC/Sub-PDC	Modalidade	Deliberação de indicação dos Comitês PCJ
Prefeitura Municipal de Hortolândia	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Hortolândia	562.984,38	132.058,14	695.042,52	19,00	1.2	Não Reembolsável	407/2022
Prefeitura Municipal de Bragança Paulista	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural do Município de Bragança Paulista	198.740,64	37.855,36	236.596,00	16,00	1.2	Não Reembolsável	407/2022
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	Execução de Obras do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Jarinu - Construção de Reservatório e Estação de Bombeamento para Setorização do Bairro Primavera	1.998.140,38	501.180,31	2.499.320,69	20,05	5.1	Reembolsável	407/2022
Prefeitura Municipal de Valinhos	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural do Município de Valinhos	162.322,80	28.645,20	190.968,00	15,00	1.2	Não Reembolsável	407/2022
Prefeitura Municipal Várzea Paulista	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Várzea Paulista	322.084,96	48.127,64	370.212,60	13,00	1.2	Não Reembolsável	407/2022
Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Assessoria de imprensa, comunicação corporativa e comunicação digital para as iniciativas conjuntas dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê	300.000,00	-	300.000,00	0,00	8.3	Não Reembolsável	408/2022

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Tomador	Empreendimento	Valor Cobrança Paulista (R\$)	CP Oferecida (R\$)	Valor Total Previsto (R\$)	% CP	PDC/Sub-PDC	Modalidade	Deliberação de indicação dos Comitês PCJ
Prefeitura Municipal de Jaguariúna	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural de Jaguariúna	234.972,52	41.465,75	276.438,27	15,00	1.2	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Jaguariúna	Elaboração de projeto executivo para a ampliação e melhoria dos sistemas de transporte de esgoto para o município de Jaguariúna-SP	402.884,26	71.097,23	473.981,49	15,00	3.1	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis	Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural de Cordeirópolis	401.054,08	37.064,84	438.118,92	8,46	1.2	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Cordeirópolis	401.054,08	37.064,84	438.118,92	8,46	1.2	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Jaguariúna	Elaboração de Plano Diretor de Microdrenagem e Macrodrenagem do município de Jaguariúna	524.584,99	92.573,83	617.158,82	15,00	1.2	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Louveira	Elaboração de projetos para melhoria da eficiência da ETE Louveira na remoção de nutrientes	481.373,95	120.343,49	601.717,44	20,00	3.1	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Louveira	Elaboração de projetos executivos para a ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Louveira para o bairro Arataba	608.374,50	152.093,62	760.468,12	20,00	3.1	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Louveira	Fornecimento e Instalação de Sistema de monitoramento das pressões em tempo real integrado por meio de inteligência artificial para gestão das perdas de água no sistema de abastecimento de Louveira-SP	675.752,46	168.938,12	844.690,58	20,00	5.1	Não Reembolsável	446/2023

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Tomador	Empreendimento	Valor Cobrança Paulista (R\$)	CP Oferecida (R\$)	Valor Total Previsto (R\$)	% CP	PDC/Sub-PDC	Modalidade	Deliberação de indicação dos Comitês PCJ
Prefeitura Municipal de Monte Mor	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Monte Mor	248.795,64	30.750,04	279.545,68	11,00	1.2	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Piracicaba	Plano de Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais para a bacia do Ribeirão Piracicamirim, Piracicaba - SP	720.270,18	240.090,11	960.360,29	25,00	1.2	Não Reembolsável	446/2023
SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba	Revisão do Plano Diretor para o Combate às Perdas no sistema de abastecimento público de água no município de Piracicaba	584.003,25	194.653,45	778.656,70	25,00	1.2	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal de Rio Claro	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Rio Claro	614.176,07	139.044,49	753.220,56	18,46	1.2	Não Reembolsável	446/2023
Prefeitura Municipal Vargem	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Vargem	164.050,83	6.835,45	170.886,28	4,00	1.2	Não Reembolsável	446/2023
DAAE - Departamento Autônomo de Águas e Esgoto de Rio Claro	Revisão do Plano Diretor para o Combate às Perdas no Sistema de Abastecimento Público de Água do Município de Rio Claro	815.317,37	184.581,27	999.898,64	18,46	1.2	Não Reembolsável	454/2023
Departamento de Águas e Esgoto de Valinhos - DAEV	Elaboração de estudo da disponibilidade hídrica do município de Valinhos com o objetivo de regularização de vazões para atendimento de demandas futuras para abastecimento público	409.833,60	102.458,40	512.292,00	20,00	1.2	Reembolsável	487/2024
Total de Cancelamentos (R\$) – Cobrança PCJ Paulista		10.830.770,94	2.366.921,58	13.197.692,52				